

Vitória (ES), Quinta-feira, 13 de Julho de 2017.

39

2267 - CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDOR CAPACITADO E TREINADO	UNIDADE	15.000
(Emenda nº 19) 0607 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV)			
(Emenda nº 19) 1246 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE INTERESSE COMUM DA RMGV	ESTUDO/PROJETO ELABORADO	UNIDADE	3
(Emenda nº 19) 2245 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE COMUM DA RMGV	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	3
0650 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL			
1022 - GOVERNO ELETRÔNICO - E-CIDADANIA	SOLUÇÃO IMPLANTADA	PERCENTUAL	37

Protocolo 328137

LEI Nº 10.701

Autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS, em decorrência de realização de investimentos em infraestrutura.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, nos termos do Convênio ICMS 85/2011, de 30 de setembro de 2011, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, autorizado a conceder crédito outorgado de ICMS para contribuinte que promova investimentos em instalação de Estação Rádio-Base - ERB de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP na zona rural deste Estado.

Parágrafo único. O montante de crédito outorgado não poderá exceder, em cada ano, ao percentual de 5% (cinco por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Art. 2º O montante do benefício previsto no art. 1º fica limitado ao valor do investimento realizado, e a sua concessão dependerá de prévia seleção pública e celebração de termo de compromisso a ser firmado com a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG, que atestará a devida comprovação do investimento.

§ 1º A seleção pública observará, tendo em vista a natureza e o porte dos investimentos:

I - condições de participação igualitária e impessoal de interessados;

II - critérios objetivos de escolha da proposta; e

III - requisitos, condições e prazo para gozo do benefício.

§ 2º Do termo de compromisso, deverá constar a obrigação do contribuinte selecionado de dar, sempre que solicitado, acesso à documentação comprobatória do investimento realizado, decorrente

do cumprimento das obrigações assumidas no respectivo instrumento.

Art. 3º A fruição do benefício previsto nesta Lei fica condicionada à homologação do cumprimento das obrigações assumidas no termo de compromisso firmado entre as partes.

Parágrafo único. A homologação do cumprimento das obrigações será feita por Comissão Técnica especialmente designada pela SEAG para essa finalidade, e a concessão do crédito só poderá ocorrer após a emissão do respectivo termo de homologação, observado o disposto no art. 4º.

Art. 4º O crédito outorgado, nos termos desta Lei, será apropriado mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), devendo o creditamento da primeira fração ocorrer em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da emissão do termo de homologação, a que se refere o art. 3º, conforme previsão no respectivo termo de compromisso a ser firmado pelas partes.

Parágrafo único. Para fins da apropriação do crédito de que trata o *caput*, o contribuinte deverá:

I - estar em situação regular perante o Fisco; e

II - registrar a respectiva apropriação nos termos da legislação de regência do ICMS.

Art. 5º Fica vedada a apropriação do crédito outorgado sem a observância dos requisitos e condições estabelecidos no termo de compromisso a que se refere o art. 2º, sob pena da exigência do valor indevidamente apropriado, com os acréscimos legais, nos termos da legislação de regência do ICMS.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito outorgado, observadas as condições pactuadas nos termos de compromisso já celebrados com base no art. 137-A do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Art. 7º O art. 4º da Lei nº 10.630, de 28 de março de 2017,

passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º De 1º de junho de 2017 até 31 de maio de 2018, a fruição de incentivos e benefícios fiscais concedidos nos termos das Leis nºs 10.550, de 30 de junho de 2016, e 10.568, de 26 de julho de 2016, que resultem em redução do montante a ser pago em decorrência da aplicação da alíquota nominal do ICMS, fica condicionada a que o sujeito passivo beneficiário, em relação às operações e prestações incentivadas ou beneficiadas:

(...)

§ 3º Para os fins deste artigo, o diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS não é considerado incentivo ou benefício fiscal." (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do art. 7º, que produzirá efeitos a partir de 1º de junho de 2017.

Palácio Anchieta, em Vitória, 12 de julho de 2017.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado
Protocolo 328267

Decretos

DECRETO Nº 1080-S, DE 12 DE JULHO DE 2017.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 91, inciso III (2ª parte), da Constituição Estadual, considerando o disposto no inciso I, do art. 209, da Lei Complementar nº 3.400/81, com as alterações da Lei Complementar nº 03/90, e ainda o que consta da Decisão nº 004/2016 e Resolução nº 005/2016, publicada no DIOES de 02.02.2016, exaradas pelo Conselho da Polícia Civil, tudo de acordo com o Processo Administrativo Disciplinar 047/20008, registrado sob o SEP nº 38696711,

RESOLVE

Art. 1º CASSAR a Aposentadoria

concedida a Investigadora de Polícia Civil, **MARIA JÚLIA ALVES**, nº funcional 201781, de conformidade com o artigo 194, inciso VII, da Lei 3.400/81.

Art. 2º DIMITIR, do cargo de Investigador de Polícia do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Poder Executivo **MARIA JÚLIA ALVES**, nº funcional 201781, pela prática das transgressões disciplinares previstas no art.192, incisos VII, XXVII, XXXIII, XLVI, LXIII e LXXXI c/c o artigo 3º, inciso I, VII e XIII, da Lei nº 3.400/81, e suas alterações, em conformidade ainda com o artigo 204, incisos IX e X, do mesmo diploma legal, e **DECLARAR** a incompatibilidade para o exercício de outro cargo ou função pelo período de 04 (quatro) anos, na forma do art. 199, parágrafo único alínea "a" da Lei 3.400/81 e suas alterações, a contar da data da publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória aos 12 dias de julho de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 483º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS

Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA

Secretário de Estado da Segurança Pública
Protocolo 328252

DECRETO Nº 1081-S, DE 12 DE JULHO DE 2017.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 91, inciso XIX, da Constituição Estadual e, tendo em vista o que consta no processo nº 66139082;

RESOLVE:

Art. 1º REINTEGRAR, VALQUIRIA DE SOUZA ao cargo de Médico da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra vigor a partir de sua publicação,